

Os fiéis inimigos: Eça de Queirós e Pinheiro Chagas

Ao longo do século XIX não há exemplo de uma obsessão intelectual como esta. Diversos no temperamento e na trajectória, Manuel Pinheiro Chagas e José Maria Eça de Queirós nunca se cansaram de discutir. Estivessem ambos em Portugal, ou um Lisboa e o outro em Bristol, a conversa prosseguia, como se nem um nem outro resistissem ao debate¹.

As respectivas infância e educação não podiam ter sido mais diversas. Manuel Pinheiro Chagas era filho único do major Joaquim Pinheiro Chagas, secretário particular do rei D. Pedro V. Ficara órfão de mãe aos 2 anos, tendo sido educado no Colégio Militar, para onde o pai, a fim de melhor o poder acompanhar, se fez nomear. Brillhante aluno, assentou praça, no Regimento de Infantaria, a 12 de Agosto de 1857. Mas a sua carreira militar não foi longa: em 1866, para se dedicar às actividades literárias, pedia a passagem à inactividade. No ano anterior, o seu nome tinha andado em todas as bocas. Ou, com mais rigor, nas bocas de todos os intelectuais.

Em 1865, Antero de Quental publicara, em Coimbra, um opúsculo, *Odes Modernas*, o qual, além de versos, incluía uma «Nota sobre a missão revolucionária da poesia». De Lisboa, Castilho respondeu à ousadia. Para o fazer escolheu um livro de um protegido seu. Chamava-se este Manuel Pinheiro Chagas, tinha 23 anos e acabara de escrever uma obra de poesia intitulada *Poema da Mocidade*. A dedicatória e o poema inicial dão o tom da obra. A primeira começava da seguinte forma: «Exmo senhor, amigo e mestre,

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹ Alguns dos temas aqui abordados são expostos, com maior desenvolvimento, in Maria Filomena Mónica, *Eça de Queirós: Vida e Obra*, Lisboa, Quetzal, 2001, e «O Sr. Ávila e os conferencistas do Casino», in *Análise Social*, vol. xxxv, 157, Inverno de 2001.

Julgarão talvez sobeja audácia e demasiada vanglória da minha parte o inscrever o nome egrégio de V. Excia no mesquinho frontão de templo humilde e pobre. Dirão que é de néscio invocar as lembranças do luminoso Olimpo, onde campeiam os nomes literários, à porta do tugúrio modesto, em que inexperto pegureiro procura, balbuciando, iniciar-se na formosa arte, que a antiguidade pagã julgou tão nobre e sublime que não achou outro deus, sob cuja protecção a colocasse, que não fosse o Apolo de áurea coma, o da eterna juventude, o próprio nome, cujo carro ovante, ao deslizar na campina azul, derramava sobre o mundo turbilhões de vida e torrentes de esplendor.» Se esta era a prosa de Pinheiro Chagas, não é difícil imaginar o tipo de poesia que praticava. Bastará ler os primeiros versos do poema que antecede o canto primeiro para se ficar com uma ideia: «Sonhos de mocidade! ardentes devaneios,/que me afagaes gentis, quando esmorece o sol!/frescas visões d'amor! suaves gorjeios,/que desprende em meu peito ignoto rouxinol.»

Os ignotos rouxinóis não faziam, evidentemente, parte da poesia que Antero de Quental e Teófilo Braga desejavam ver reconhecida como legítima. Era isso que Castilho não podia admitir. No final do *Poema da Mocidade* após um complicado texto, no qual, entre linhas, defendia Pinheiro Chagas dos rebeldes. Por detrás da polémica estava o que verdadeiramente contava: o provimento do lugar de professor de Literatura Moderna no Curso Superior de Letras, que tanto Pinheiro Chagas como Teófilo Braga ambicionavam. Em Novembro, Antero, que podia dar-se ao luxo de estar acima destas preocupações comezinhas, dado ser um grande proprietário açoriano, respondia ao posfácio numa carta aberta intitulada «Bom Senso e Bom Gosto». Até ao final desse ano, os opúsculos, escritos pelos grandes nomes das letras pátrias, multiplicaram-se. A intelectualidade dividiu-se entre o bloco que apoiava o velho poeta caciqueiro e os que consideravam que os jovens tinham razão. Enquanto Castilho intrigava nos bastidores, Ramalho Ortigão, que fizera suas as dores de Castilho, e Antero de Quental, que se propusera como arauto da ideia nova, batiam-se em duelo. A tudo isto, silenciosamente, assistia Eça de Queirós.

Por ora, Eça não gostava de dar nas vistas. Filho de «mãe incógnita», José Maria Eça de Queirós fora educado por uma ama, primeiro, e, depois, pela avó materna. Não que a sua origem fosse modesta. Pelo contrário, tanto a família paterna, os Teixeira de Queirós, como sobretudo a materna, os Pereira de Eça, orgulhavam-se da sua linhagem. Mas, por razões que desconhecemos, quando Carolina Augusta Pereira de Eça ficou grávida, em 1845, não quis, ou provavelmente não pôde, casar com o delegado do procurador régio colocado em Ponte de Lima, o Dr. Teixeira de Queirós. Estranhamente, quando, em 1849, se casaram, o filho não foi viver com os pais. Eça formou o seu carácter ao colo de uma velha avó, que lhe lia versos de Mendes Leal, e de um casal de criados negros, que lhe contavam a história de Carlos Magno. Na clausura de Verdemilho, aldeia do avô, os

velhos gostavam do menino. Mas o neto do desembargador Queirós não podia brincar com os rapazes de pé descalço que rodeavam o solar. A reserva que o acompanhou até à morte pode, em parte, atribuir-se a este limbo.

Porque de uma espécie de limbo se tratava. E de um limbo estranho. Eça tinha conhecimento, desde menino, de que, além da ama, que o amamentara, e dos avós, a quem fora entregue, tinha pai e mãe. No Porto, ouvira dizer, tinha irmãos. Só ele, por razões que lhe escapavam, ficara em casa da avó. Franzino, as aventuras físicas não o desafiavam. Depois das lições de primeiras letras, dadas por um padre, passava os dias a folhear os livros da biblioteca do avô. Em 1855, a avó morria, tendo sido então enviado para um colégio no Porto, em regime de semi-internato.

As famílias oitocentistas tinham composições estranhas, mas, mesmo para a época, a solução encontrada para o jovem Eça era insólita. Aos fins de semana, em vez de ir para casa dos pais, ficava com uns tios. Em 1861 foi para Coimbra a fim de frequentar a Universidade. O facto de, durante este primeiro ano, não ter ido viver para uma «república», mas para casa de um amigo da família, e para mais um lente, não ajudou a que desabrochasse. Manteve-se um solitário. De dia ia às aulas. À noite planeava escrever poemas a imortalizar a humanidade. Diligente, foi passando os exames. Finalmente, deixou a casa do Dr. Dória, tendo ido para uma «república». Tornou-se logo ateu, passou a desprezar os clássicos e começou a ler poetas franceses. Já então a política o interessava infinitamente menos do que a literatura. Embora conhecesse Antero de Quental, preferia dar-se com estudantes boémios. Não admira que a chamada «questão coimbrã» lhe tenha passado ao lado.

Poeta, romancista, jornalista, historiador e político, foi o teatro e a sua horrível peça *A Morgadinha de Val Flor* (1867) que tornaram Pinheiro Chagas famoso. Como Eça, era um trabalhador compulsivo. Mas, ao contrário deste, faltava-lhe talento. Não que fosse estúpido. Longe disso. Simplesmente tinha mais competência para a acção do que para a literatura. No Executivo revelou-se um bom gestor. Como o seria, mais tarde, nas múltiplas organizações que fundou. Infelizmente, a literatura atraía-o.

O facto de Pinheiro Chagas se ter revelado um mau escritor não deve impedir-nos de reconhecermos os seus méritos noutras esferas. Em menos de três anos, quando foi ministro da Marinha e do Ultramar no último governo de Fontes Pereira de Melo (1883-1886), deixou uma obra notável². Foi então que se iniciou a ligação telegráfica entre Angola e a metrópole, que

² Nesta altura, Pinheiro Chagas fazia parte de um pequeno, mas influente, agrupamento político, os constituintes. Estes tinham feito uma aliança com os regeneradores, interessados na aprovação de importantes alterações à Carta de 1926, para o que careciam de uma votação alargada nas câmaras (v. Maria Filomena Mónica, *Fontes Pereira de Melo*, Porto, Afrontamento, 1998, pp. 146-147).

se contratou o caminho de ferro, quer entre Luanda e Ambaca, quer entre Lourenço Marques e o Transval, que se promoveu o abastecimento de água de Luanda e do Mindelo, que se renovaram as tentativas de colonização do interior de Moçâmedes, que se organizou o distrito do Congo, que se estabeleceu a navegação regular no Zaire, que se estimularam as viagens de exploração feitas pelo interior africano. Mas tudo isto se passaria muito depois.

Em 1871, Pinheiro Chagas fora eleito deputado pelo círculo da Covilhã. Militava então nas fileiras do Partido Regenerador. Até 1892 nunca mais deixou de se sentar no parlamento. Pelo caminho foi acumulando cargos, condecorações e honrarias: além de director de vários jornais, ocupou o lugar de secretário da Academia das Ciências, lente do Curso Superior de Letras e presidente da Junta do Crédito Público. Foi ainda par do reino. Já falecido, o pai ter-se-ia orgulhado dele. Quando, em 1895, morreu, Pinheiro Chagas era uma sumidade.

Eça descobriu cedo que não tinha paciência para a pompa do quotidiano cultural português. Como forma de conciliar o conforto e o estrangeiro, escolheu a via diplomática. Depois de uma viagem à Palestina, em companhia de um grande aristocrata, seu amigo, percebeu que teria de abandonar Portugal. Eça não queria ser deputado, nem ministro, nem orador. Queria escrever romances. E para isso era-lhe necessária paz, o que só conseguiria num local onde nada nem ninguém o distraíssem. As condecorações não lhe bastavam. Desejava a posteridade.

Apesar da disparidade de talento literário entre Eça de Queirós e Pinheiro Chagas, as polémicas entre eles são interessantes. Não só pelos temas, com destaque particular para a questão do nacionalismo, como pela linguagem. Eça foi o mais fulgurante, o que não quer dizer que tivesse tido sempre razão. Pinheiro Chagas era ridículo, mas não era imbecil. Antes de sair de Portugal, Eça obteve fama com uns opúsculos satíricos, que escreveu a meias com Ramalho, intitulados *As Farpas*. Quando saiu o primeiro número, Pinheiro Chagas, então com 29 anos, decidiu que os escritos de Eça, um homem um pouco mais novo do que ele, não podiam passar sem resposta³. O retrato que este dava de Portugal na crónica (de Maio de 1871) era demasiado cru para a sua sensibilidade⁴. A propósito do que Eça escrevera sobre o teatro, Pinheiro Chagas atacou-o a 15 de Janeiro de 1872⁵. O assunto, apesar de próximo do

³ Eça já tinha feito uma crítica negativa em *O Distrito de Évora*, 1867, aos folhetins literários de Pinheiro Chagas, mas é pouco provável que o visado dela tivesse tomado conhecimento.

⁴ *As Farpas*, Maio de 1871, 1.^a ed.

⁵ Pinheiro Chagas assinará no *Diário de Notícias* quatro artigos: a 15-1-1872 (e não a 5-1-1872, como, por lapso, se refere na 1.^a edição de *As Farpas* e, subsequentemente, em todas as edições de *Uma Campanha Alegre*), a 22-1-1872, a 29-1-1872 e a 5-2-1872. Já antes Pinheiro Chagas e Eça de Queirós tinham debatido questões de somenos importância (v. J. C. Reis, *Polémicas de Eça de Queiroz*, Odivelas, Europress, 1986, vol II, pp. 149-158).

seu coração, era pretextual. O que, na realidade, enfureceu Pinheiro Chagas foi o olhar de Eça sobre as coisas portuguesas. Genuinamente espantado, interrogava-se: «Como se pode estar triste em Portugal?» Quem tal questão colocava não podia deixar de considerar que o retrato sobre os costumes portugueses era falso: «Esta mania prende-se com a outra, da decadência das raças latinas. Que somos inferiores às raças germânicas é um facto adquirido para a ciência, que nós, os portugueses, somos os mais reles de todos os latinos, está-o a crítica pátria demonstrando.» Tentando a ironia, Pinheiro Chagas declarava ter-se sentido tão deprimido depois de ler o artigo de Eça que chegara a pensar no suicídio. Em vez disso, optara por ir buscar alguns livros, «escritos no tempo em que ainda não era moda termo-nos na conta da gente mais estúpida que Deus deitou ao mundo». E citava Bulhão Pato, A. F. de Castilho e Júlio Dinis.

Eça ficou radiante, tendo-lhe respondido em cima do momento: «Querem conhecer um cidadão absolutamente feliz? É o nosso humorístico amigo Pinheiro Chagas. Insinua-o ele, finalmente, no seu folhetim de 15, no *Diário da Notícia*; aí acusa, com um gentil espírito, os que ‘fustigam a Pátria’; aí desenha o País como tão superiormente impecável que na sua superfície não há uma fenda e no seu perfil não há uma verruga; aí declara que todo aquele que acha na Lusitânia defeitos e no cisne farruscas, é *burlesco*.» Aos males presentes, Pinheiro Chagas tinha respondido com o passado pátrio, o que fez as delícias de Eça: «*As Farpas* acusam a desorganização dos estudos? Mentira, os estudos são perfeitos, veja-se a energia com que domámos o Indostão. *As Farpas* censuram a ineficácia da diplomacia? Como esqueceis o Indostão domado! *As Farpas* acusam o beatério imbecil? E o Indostão, um rico Indostão domado, desgraçadas? *As Farpas* condenam o procedimento da Câmara dos Deputados? Que ousais dizer, pois não domámos nós o Indostão? *As Farpas* revelam a desorganização literária? Que novo agravo pois nem a recordação do Indostão que domámos⁶!» Pinheiro Chagas tinha encontrado pela frente um adversário terrível.

Não tardou que tivesse nova oportunidade de criticar Eça. A 26 de Junho de 1871, o governo do então marquês de Ávila mandara encerrar as conferências que estavam a ter lugar no edifício do Casino Lisbonense, cujo mentor era Antero de Quental, nas quais Eça tinha participado. A portaria especificava que as mesmas haviam sido interditas por ter chegado ao conhecimento do rei que naquele local se expunham doutrinas atacando a religião católica e as instituições políticas do Estado. No próprio dia da interdição, sentados a uma mesa do Café Central, numa esquina do Chiado, Antero redigiu uma nota, a ser publicada nos jornais, assinada por ele e por vários dos conferencistas.

⁶ *As Farpas*, Janeiro de 1872, 1.ª ed.

Entretanto, os jornais transcreviam cartas de vários intelectuais sobre o assunto, quase todas defendendo os conferencistas contra o «despotismo» do governo⁷. A 30 de Junho de 1871, no *Jornal da Noite*, Pinheiro Chagas chamava a atenção para a duplicidade subjacente à posição dos palestrantes. Segundo ele, enquanto o grupo reclamava para si a liberdade de expressão, negava-a a quem pensasse de forma diferente: «Mas é necessário contudo que se perceba que, se os livres-pensadores querem propagar sem obstáculos as suas doutrinas, hão-de ser os primeiros a reclamarem para os seus adversários a pleníssima liberdade de ensino: se querem violar em seu proveito o artigo 6.º da Carta, hão-de consentir que a reacção quebre igualmente as barreiras que esse mesmo artigo lhe impõe.» Pinheiro Chagas argumentava que, tal como os ultramontanos, também eles eram perigosos⁸. A 3 de Julho, no *Diário de Notícias*, depois de mencionar as revoluções de 1848 e o movimento proletário, apelava aos trabalhadores para se não deixarem cegar «por vãs e funestas utopias», garantindo-lhes não haver «civilização com senso moral todas as vezes que nela se apagam estas duas ideias santas, Deus e família»⁹. Perante as críticas de Pinheiro Chagas, os signatários do termo de responsabilidade pela realização das palestras entregue no Governo Civil, Antero e Batalha Reis, decidiram sentir-se ofendidos e, conforme os costumes da época, desafiaram-no para um duelo. Às testemunhas enviadas, Salomão Saragga e Eça de Queirós, Pinheiro Chagas declarou, contudo, que publicaria uma nota, especificando não ter tido «intenção de ofender, nem sequer de aludir por forma alguma aos srs. Antero de Quintal e Jaime Batalha Reis»¹⁰. O duelo ficou anulado; a honra, salva¹¹.

Em duas *Farpas* sucessivas, em Julho de 1871, Eça respondia às acusações feitas às conferências. A culpa de as conferências terem degenerado num acontecimento político era, na sua opinião, do governo, pois os organizadores apenas tinham tido em mente «um intuito científico». Tentava, depois, analisar a legalidade da interdição, citando o artigo 145.º da Carta (sobre liberdade de expressão). Não sendo a matéria jurídica o seu forte, decidiu, a certa altura, mudar de via: «O comissário assistente das conferên-

⁷ António Salgado Júnior, no seu livro *História das Conferências do Casino*, Lisboa, 1930, diz (p. 121) que, a 4 de Julho de 1871, Pinheiro Chagas mencionava no *Diário de Notícias* os perigos do «comunismo», insultando os que professavam tais ideias. Tendo consultado este periódico no dia indicado, não encontrei qualquer texto em que Chagas usasse aquela palavra. A 3 desse mês, no local usualmente reservado aos «folhetins», aparece um artigo sobre os precursores do socialismo, mas sem quaisquer insinuações pessoais.

⁸ *Jornal da Noite*, 30-6-1871 e 1-7-1871.

⁹ *Diário de Notícias*, 3-7-1871.

¹⁰ J. Calvet de Magalhães, *José Maria, a Vida Privada de Um Grande Escritor*, Bertrand, 1994, pp. 103-104.

¹¹ Pinheiro Chagas estava então no auge da fama. O drama que escrevera, *A Morgadinha de Valflor*, representado no D. Maria II a 3 de Abril de 1869 fora aplaudido delirantemente.

cias, o sr. Rangel, não intimidou e não advertiu o sr. Antero de Quental, nem em voz alta, nem com gestos. Talvez o fizesse por suspiros mas esse caso não está na lei.» Restava a Eça a arma da «equidade». Uma vez que o governo deixava vender obras supostamente revolucionárias, como as de Proudhon, e de pensadores críticos da Igreja, como as de Renan, qual o motivo que o levava a impedir os intelectuais de falarem entre si de tais temas? «Sejamos lógicos», declarava, «fechemos as conferências do Casino onde se *ouvem* doutrinas livres, mas expulsemos os livros onde se lêem doutrinas livres. *Ouvir* e *ler* dá os mesmos resultados para a inteligência, para a memória e para a acção: é a mesma entrada para a consciência por duas portas paralelas. Façamos calar o sr. Antero de Quental, mas proibamos na âlfandega a entrada dos livros de Victor Hugo, Proudhon, Langlois, Feuerbach, Quinet, Littré, toda a crítica francesa, todo o pensamento alemão, toda a ideia, toda a história.» Eça sabia que a classe governante, que se queria ilustrada, não gostava de ouvir tais coisas.

A fim de argumentar que o encerramento das conferências fora um gesto incrível, Eça apresentava os seus amigos como um grupo que apenas pretendia a importação para o país do reformismo à inglesa: «Nós não queremos também que num país como este, ignorante, desorganizado, se lance através das ambições e das cóleras o grito da revolta! Queremos a revolução preparada na região das ideias e da ciência; espalhada pela influência pacífica de uma opinião esclarecida; realizada pelas concessões sucessivas dos poderes conservadores; enfim *uma revolução pelo Governo*, tal como ela se faz lentamente e fecundamente na sociedade inglesa.» Sabendo Eça o que sabia sobre as actividades de Antero e Batalha Reis, é evidente que estava a ser desonesto. O que não o impedia de ter um ponto forte: «Pois é permitido à *Nação* publicar, em prosa impressa e permanente, ataques rancorosos à liberdade constitucional e à realeza constitucional e não pode ser permitido ao sr. Antero condenar as monarquias absolutas e ao Sr. Soromenho condenar os romances eróticos¹²?»

Entretanto, os protestos contra o encerramento das conferências continuavam. A 1 de Agosto, Antero e Batalha Reis enviavam para a Câmara dos Deputados um requerimento denunciando a ilegalidade da portaria. A 2, o deputado Luiz de Campos, tido como um grande poeta, leu o requerimento dos conferencistas, mas Ávila conseguiu o número suficiente de votos para impedir a sua discussão. Pelo meio houve eleições. A nova maioria pronunciou-se em sentido contrário à anterior, pelo que a questão das conferências acabou mesmo por ser mesmo discutida¹³.

¹² *Uma Campanha Alegre*, Porto, Lello, 1969, pp. 89-97.

¹³ O parlamento manter-se-ia aberto durante o Verão (v. J. A. França, *As Conferências do Casino no Parlamento*, Lisboa, Horizonte, 1973, pp. 159-171).

Era a estreia parlamentar de Pinheiro Chagas. Antes de discursar, o novo deputado mandara para a mesa a seguinte moção: «A câmara entende que as circunstâncias especiais, em que se acha a Europa, justificam o procedimento do governo em relação às Conferências Democráticas.» Habilmente, comparava a proibição das conferências com interdições pretérias, como a relativa ao estabelecimento das «irmãs de caridade», um assunto que envenenara a vida política entre 1858 e 1862¹⁴. À época, acusou, os radicais nem sequer se colocaram o problema de saberem se, ao impedirem as irmãs de exercerem o seu mister, não estariam a violar o princípio da liberdade de ensinar. Na sua opinião, haveria em Portugal dois pesos e duas medidas, um para a esquerda, outro para a direita. A esquerda podia, em princípio, dizer, alto e em bom som, tudo o que queria; a direita tinha de manter mil cautelas. Sobre as conferências, proclamava: «Entendia-se [...] que os prelectores eram homens de ideias avançadas, liberais avançados, homens de futuro, a guarda avançada do exército que vai, pelo caminho do progresso, à conquista da Jerusalém do porvir.» Este pressuposto fazia com que aqueles que, como ele, deles divergiam fossem apelidados de reaccionários. Ora, ele não gostava de assim ser adjectivado. Preocupado, dizia: «Eu, que fui envolto na onda destas acusações, eu que falo hoje pela primeira vez num assunto de certa magnitude [...] preciso de fixar bem quais são os meus princípios políticos e de procurar demonstrar que me conservei, que me tenho conservado, que espero sempre conservar-me no terreno em que tenho pugnado em prol da liberdade e do progresso, na sua acepção mais ampla e mais rasgada.» As conferências, argumentava, obedeciam ao seguinte plano: «Um dos conferentes aplaudia e exaltava o realismo, especialmente porque o considerava a arte posta ao serviço do socialismo; outro, falando acerca do ensino, como que via no ateísmo a conclusão lógica de todas as ciências humanas, defendendo assim essas ideias ateístas ou niilistas, que, tanto na escravizada Rússia como na França apaixonada da liberdade, parecem ser o apanágio de todas as escolas socialistas; outro, enfim, falando na decadência da Península nos últimos três séculos, decadência infelizmente bem evidente, apresentava como o único remédio, que podia curar os nossos males, como o único obstáculo à nossa decadência, a república socialista.» Após reflexão, concluía que «a propaganda do Casino era uma verdadeira conspiração contra a ideia de Pátria». A conversa sobre patriotismo, com Eça de Queirós, começava¹⁵.

¹⁴ V. M. Fátima Bonifácio, «A republicanização da monarquia» (1858-1862), in *Apo-
logia da História Política*, Lisboa, Quetzal, 1999.

¹⁵ Numa das *Farpas*, de Setembro de 1871, Ramalho criticará o discurso de Pinheiro Chagas. Apesar de não ter querido participar no acontecimento, defendia que a supressão das conferências fora uma ilegalidade (Ramalho Ortigão, *As Farpas*, Lisboa, Clássica Editora, 1944, vol. ix, pp. 7-16).

Pinheiro Chagas tinha razão quando afirmava que as conferências não eram conversas sobre temas etéreos, mas propaganda política. Tinha ainda razão quando salientava que a atmosfera do Verão de 1871 as tornava mais perigosas do que se elas tivessem tido lugar num momento em que a vida política estivesse calma. De facto, em simultâneo com as palestras, Antero e Batalha Reis dedicavam-se a actividades conspirativas. O intermediário entre eles e os revolucionários era José Fontana, um suíço anarquista que havia emigrado para Portugal. Aos domingos de manhã, e, às vezes, de semana, depois de encerrada a livraria *Bertrand*, onde trabalhava, Fontana aparecia no *Cenáculo*, onde eles, e Eça, se reúnem. Sempre vestido de preto, muito alto, muito magro, o cabelo longo e o olhar triste, apertava as mãos dos presentes e, se havia mais alguém presente, sentava-se a um canto, em silêncio. Mal saíam os convivas que não conhecia, aproximava-se dos íntimos e dizia-lhes: «Para a semana ... sabem? Para a semana, sem a menor dúvida, rebenta *ela*.» Ela, tome-se nota, era a revolução. E mostrava cartas nas quais se falava dos movimentos revolucionários que estavam para eclodir por toda a Europa. Alguns apresentavam dúvidas, mas nada era capaz de destruir a fé de Fontana. A revolução chegaria, porque «*ela* não pode deixar de rebentar, o mais tardar, para a semana». Não eram tardes inocentes.

Durante a Primavera e o Verão de 1871, o país saiu da sua pacatez habitual. Acolheu espanhóis em missões de propaganda, revolucionários franceses em fuga e até espões especializados em contra-revolução. Em Junho tinham chegado três dirigentes da Associação Internacional dos Trabalhadores, Lorenzo, Morago e Mora, cuja intenção era ajudar a fundar em Portugal uma célula da organização. Estes três espanhóis fugidos da polícia obedeciam à linha, não de K. Marx, mas de Bakounine. Batalha Reis, que obviamente não estava a par das dissidências ideológicas que atravessavam o movimento operário europeu, conta-nos que Fontana lhe aparecera um dia em casa, por eles acompanhado: «Estes três homens, sem dúvida muito notáveis e depois muito conhecidos em todo o mundo, disseram-nos o plano da vasta organização, expuseram as doutrinas de Karl Marx e as teorias que, já então, dividiam o Socialismo nascente sob esta nova forma de combate.» Por causa da polícia, Fontana sugeriu que se encontrassem a bordo de uma barçaça no Tejo: «Nessa mesma noite fomos ao Aterro, o Antero e eu, pagámos o bote a um barqueiro para nos deixar remar sozinhos no seu bote e fizemo-nos ao largo. A uma hora combinada, aproximámo-nos dum outro cais, onde o Fontana nos esperava com os internacionalistas.» Os dois portugueses ouviram falar longamente do associativismo proletário: «Durante horas, nessa noite e nas seguintes, sobre o Tejo, enquanto eu remava, o Antero discutia com os emissários socialistas a revolução operária que já lavrava na Europa¹⁶.» Mora terá conseguido organizar um núcleo de anarquistas em Lis-

¹⁶ Sobre este episódio, v. Maria Filomena Mónica, *O Movimento Socialista em Portugal, 1875-1934*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1984.

boa, mas a semente não deu frutos. O polícia francês Latour, mandado vir pelo governo português para espiar estas movimentações, admirava-se com o que via: «Neste país, onde desde há muitos anos, os costumes e as leis estabeleceram um regime de grande liberdade, acrescida de grande tolerância, as associações podem formar-se sem dificuldade¹⁷.» Como informava as autoridades, o perigo de uma insurreição proletária, tal como ele a vira em Paris, era inexistente. Mas o governo português continuou apreensivo.

De facto, os clubes proliferavam. Havia, por um lado, os grupos socialistas, frequentados por operários respeitáveis. Por outro, os clubes republicanos, dominados por lojistas e funcionários públicos, onde nenhum membro do «Cenáculo» gostava de ir. Havia, por fim, os rapazes novos que, como nos conta Batalha Reis, «generosamente aspiravam a ter um partido político e a ser, em sucessivas fases de dedicação patriótica, administradores de concelho, deputados influentes, oradores imaginosos e ministros argutos» e, por fim, uns pretensiosos para quem «os estadistas portugueses eram sobretudo odiosos pela sua extensa mediocridade literária, pela sua enfática nulidade retórica e pela sua absoluta chateza artística»¹⁸. Pouco faltou para que fizesse o retrato do seu grupo.

Seja qual for o ponto de vista que se adopte, o início da década de 1870 foi terrível para Portugal. Houve governos de semanas, coligações, ditaduras militares. As classes trabalhadores, que tinham visto os seus salários descer, agitaram-se. As greves multiplicaram-se. Em 1871, olhando o que se passava em Espanha e em França, era natural que um governante estivesse nervoso. Hoje sabemos que a Comuna foi vencida, que a monarquia espanhola foi restaurada e que, em Portugal, tudo desembocou no fontismo. Os contemporâneos não tinham esse conhecimento. Um político mais seguro do que Ávila, teria, provavelmente, fechado os olhos ao que se passava no Largo da Abegoaria. Tendo em conta o contexto internacional, Ávila não quis correr riscos. À época, o discurso de Pinheiro Chagas não foi despropositado.

Passaram-se anos de silêncio entre Pinheiro Chagas e Eça. Este partira para Havana, estivera cinco anos em Newcastle e vivia agora em Bristol. Escrevera uma obra prima, *O Crime do Padre Amaro*, que pouco vendera, e um romance menos interessante, *O Primo Basílio*, que fora um sucesso. Pinheiro Chagas continuava deputado, estava envolvido na publicação de uma *História de Portugal*, escrevera um punhado de romances históricos e outros tantos dramas teatrais. Cada um seguia os seus interesses. Até que, em 1880, se voltaram a encontrar na palavra impressa. Eça publicara um texto, aparentemente sem importância, intitulado «O Brasil e Portugal», na *Gazeta*

¹⁷ Id., *ibid.*, p. 37

¹⁸ J. Batalha Reis, «Anos de Lisboa: algumas lembranças», in *Anthero de Quental: In Memoriam*, Porto, Luga, 1896, pp. 451-452.

de *Notícias*, do Rio de Janeiro, jornal onde colaborava com regularidade¹⁹. A crónica consistia num comentário a dois artigos, aparecidos no *Times*, nos quais, por comparação com as ex-colónias espanholas, se louvava o Brasil. A condescendência do *Times* em relação à colonização portuguesa irritou Eça, o qual decidiu avisar o Brasil das intenções inglesas: caso aquele país se não «portasse» bem, declarava, seria ocupado.

Mas o que interessava a Eça não era tanto discutir o problema do Brasil, mas o de Portugal. Segundo ele, tal como os brasileiros, os portugueses nada faziam para merecer o respeito da Europa. É verdade que, com Rodrigues Sampaio no poder, a vida nacional adquirira um aspecto razoável: «E a nação vista de fora e de longe tem aquele ar honesto de uma pacata casa de província, silenciosa e caiada, onde se pressente uma família comedida, temente a Deus, de bem com o regedor e com as economias dentro de uma meia [...]» Apesar disso, a Europa olhava para Portugal com «um desdém manifesto».

Eça aproveitou a ocasião para denegrir as comemorações camonianas que tinham tido lugar em Lisboa a 10 de Junho de 1880 e a cuja organização Pinheiro Chagas estivera ligado. As festas tinham consistido num «cortejo cívico», em que várias carretas, representando a agricultura, o exército, as colónias e a imprensa, haviam percorrido as ruas da capital, ornamentadas estas por colchas penduradas das varandas. A ideia germinara em meios republicanos, mas, a meio caminho, o regime decidira adoptá-la²⁰. Apesar de vários amigos seus, Ramalho Ortigão, Batalha Reis e Teófilo Braga, terem participado no acontecimento, Eça considerou-o ridículo. E resolveu afirmar não ser com colchas penduradas, mas com uma cultura viva, que uma nação se prestigiava: «Dir-me-ão que eu sou absurdo, ao ponto de querer que haja um Dante em cada paróquia e de exigir que os Voltaires nasçam com a profusão dos tortulhos. Bom Deus, não! Eu não reclamo que o país escreva livros, ou que faça arte: contentar-me-ia que lesse os livros que já estão escritos e que se interessasse pelas artes que já estão criadas».

Sentindo-se visado, Pinheiro Chagas resolveu responder. A 28 de Novembro de 1880 publicava um artigo sobre o assunto. Começava por salientar o talento literário do adversário, comentando, em seguida, «a deplorável impressão» que, apesar de tudo, o texto lhe causara. Por muito bom escritor

¹⁹ Da parte de Eça, trata-se de três artigos, todos intitulados «Brasil e Portugal»: o primeiro, o da *Gazeta de Notícias*, é datado de 31-10-1880, o segundo e o terceiro, ambos publicados em *O Atlântico*, são, respectivamente, de 29-12-1880 e 6-2-1881. O primeiro vem publicado em *Cartas de Inglaterra*, in *Obras de Eça de Queiroz*, Porto, Lello, s. d., vol. 2, pp. 592-599, e o segundo e o terceiro em *Notas Contemporâneas*, *ibid.*, pp. 1393-1413. As respostas de Pinheiro Chagas têm de ser lidas no periódico, extremamente degradado, existente na BN (J 2213G).

²⁰ Eça terá notado que o relator que, em nome da comissão executiva, redigira os agradecimentos a todos os que tinham ajudado na organização era Pinheiro Chagas.

que Eça fosse, acusava, em matéria de história de Portugal era um ignorante. Declarava solenemente: «Ninguém exige do sr. Eça de Queirós que seja um Taine, quando é apenas um Flaubert.» Pior: a crítica de Eça era feita dos «desdêns superficiais da Casa Havanesa, em cujas esquinas não estão inscritos, que me conste, os livros e os documentos em que estas coisas se aprendem»²¹. Finalmente, Pinheiro Chagas lamentava a divulgação do pessimismo fomentada pelo grupo a que Eça pertencia.

Eça responder-lhe-á a 29 de Dezembro de 1880²². Negava que das suas frases — a afirmação de que, nos princípios do século XIX, Portugal se tinha tornado uma colónia do Brasil e que o império português do Oriente fora um monumento de ignomínia — pudesse concluir-se, como o fazia o seu adversário, ter ele insultado a pátria: «Donde eu concludo, meu caro Chagas, que você, apesar de habitar a Lisboa contemporânea de 1880, é realmente um velho personagem do século XVIII, com mais de 145 anos de idade, pintado por fora duma cor natural de vida moderna, mas ressequido e pulverulento por dentro, que, tendo escapado milagrosamente aos anos e às revoluções, anda agora entre nós representando os modos de pensar e de falar que caracterizam a sociedade portuguesa do tempo da Senhora D. Maria I.» Inventava depois uma cena histórica, em que Pinheiro Chagas surgia a velar pela felicidade do reino, com diálogos ridículos, como o mantido entre ele e o arcebispo de Tessalónica, em que Pinheiro Chagas, relembrando um sarau em casa do marquês de Marialva, dizia ao arcebispo: «Portugal é pequenino, mas é um torrãzinho de açúcar.» Ao que o prelado lhe respondia: «Tem você razão, brigadeiro Chagas»²³.

Para Eça, a posição de Pinheiro Chagas como patriota estava longe de ser inocente. Este tê-la-ia adoptado por ter percebido encontrar aí um nicho ideológico: «Desde esse momento você possuía a sua especialidade, a sua nota individual, o seu campo próprio a cultivar, o *patriotismo*. E com que sofreguidão, meu caro Chagas, você se apoderou dessa mina de ouro! Poderá! É que o *patriotismo* seria daí por diante para si não só uma doutrina, mas *um assunto!* Assunto para drama, para ode, para folhetim, para discurso, para grito, para solução! Enfim, o *patriotismo* era a sua magnífica carreira»²⁴. Eça aprofundava o debate, declarando existirem duas espécies de patriotis-

²¹ *O Atlântico*, Lisboa, 28-11-1880.

²² «Brasil e Portugal», *Notas Contemporâneas, Obras Completas*, cit., vol. 2, pp. 1393-1413.

²³ A frase «Portugal é pequenino, mas é um torrão de açúcar» aparece, desta vez atribuída ao corregedor de Viseu, em *Portugal Contemporâneo*, de Oliveira Martins (livro saído depois desta polémica).

²⁴ O facto de Eça chamar a Pinheiro Chagas brigadeiro devia-se certamente ao facto de, antes de ter enveredado pela política, ter aquele tido uma carreira militar.

mo: o daqueles que, amando a pátria, a queriam mais livre, mais forte, mais culta, e que, pondo a pátria acima das suas ambições, lhe diziam a verdade; e o outro, que falava na outra pátria, «a que há trezentos anos embarcou para a Índia, ao repicar dos sinos, entre as bênçãos dos frades, a ir arrasar a aldeia de mouros e a traficar pimenta». No fundo, dizia, estes não amavam a pátria, pois as suas doutrinas faziam com que o país, em vez de trabalhar, ficasse pasmado diante das glórias passadas. Aos que cultivavam o género, entre os quais Pinheiro Chagas, Eça chamava-lhes «patriotaças», «patriotinhos», «patriotadores» e «patriotarrecas».

Finalmente, para fundamentar as suas afirmações sobre o que se passara no Brasil e no Oriente durante os Descobrimentos, Eça recorria à autoridade de Alexandre Herculano e de Oliveira Martins. Respondendo à afirmação de Pinheiro Chagas de que Portugal era um dos poucos países colonizadores que eram respeitados — para o que aquele tinha citado o caso de Ceilão — escrevia: «Estou vencido. Eu (que, como você afirma, sou um ignorante) não sabia realmente desse respeito que nos tributa Ceilão. Mas agora vejo com evidência que Portugal não necessita nem forte cultura intelectual, nem educação científica, nem elevação do gosto; não precisa ter escolas, nem mesmo saber ler: esses esforços são para a França, a Inglaterra, a Alemanha, países não privilegiados; Portugal, esse, tem tudo garantido, a sua grandeza, a sua prosperidade, a sua independência, a sua riqueza, a sua força, desde que (como você afirma com a autoridade do seu saber) há nos mares do Oriente uma ilha, onde debaixo dum coqueiro, à beira dum arroio, estão quatro indígenas, de carapinha branca e tanga suja, ocupados de cócoras a respeitar Portugal!» Eça declarava amar a pátria, mas de um modo diferente do de Pinheiro Chagas. Era por isso, pensava, que jamais poderiam entender-se: «Numa alma discreta de burguês, não há lugar para esses grandes sopros patrióticos que atravessam as almas dos trovadores, largas e profundas como o mar. Em nós outros, não é por gorjeios de rouxinol parlamentar, por apóstrofes balbuciadas aos pés das Molucas, por soluços dum peito sufocado de êxtase, por serenadas e endechas, que se traduz o amor ao país; é por emoções pequeninas, triviais e caseiras, que pouca relação têm com a estrondosa tomada de Ormuz; emoções de burguês que vive no estrangeiro, ao canto solitário do seu lume solteirão.»

A 4 de Janeiro de 1881, Pinheiro Chagas retomava a pena²⁵. Começava, de novo, com elogios, desta vez ao espírito de humor de Eça. Confessava-lhe que se rira imensamente com a metamorfose que dele tinha sido feita, mas negava-se a envergar a fatiota: «Não, Eça de Queirós, eu não sou esse brigadeiro.» Acusava-o, em seguida, de ter falhado o alvo, o que acontecia por ele nunca se ter dado ao trabalho de ler qualquer das suas obras histó-

²⁵ *O Atlântico*, 4-1-1881.

ricas. Não o censurava, dizia, por tal facto, mas acrescentava que, quando se criticava alguém, «não o ter lido [fazia] um certo transtorno». Eça nada sabia, proclamava, do que se passara no século XVI, nem, muito menos, de como viam aqueles homens o mundo que o rodeava. Dez dias depois afirmava ser Eça «uma criança espirituosa e travessa», sem qualquer respeito pela verdade histórica²⁶. O mais deplorável, contudo, era a acusação de que ele se teria refugiado num patriotismo balofo, enquanto Eça diria à pátria as duras verdades. Desta vez, Pinheiro Chagas estava ofendido: «Pois então digo-lhe, Eça de Queirós, que, entre o patriotismo inepto e estéril daqueles que têm pelo nome da sua pátria uma devoção supersticiosa e inútil e o patriotismo não menos inepto e não menos estéril dos que exclamam a cada passo, com a boca cheia e ares importantes, ‘Lá fora! Isto só aqui se faz!’, ‘Que miséria! Que vergonha’, ‘Somos um povo perdido!’, entre esses dois patriotismos igualmente ineptos e igualmente inúteis, palavra de honra que ainda prefiro o primeiro.» O debate subia de tom: «Esse patriotismo ridículo dos brigadeiros de D. Maria I sempre os levava ao menos a sustentarem a honra da bandeira nacional nas agruras do Roussillon, ou nas encostas do Bucaço, e o patriotismo desalentado e desdenhoso de que você fez o seu tristíssimo ideal leva algum oficialzinho positivista, quando se acha em presença de um inimigo, que se não chama nem Massena, nem Dugommier, mas simplesmente o soba Jefunco, da ilha das Galinhas ou de Bolama ou de não sei onde, a deixar cair as peças ao rio e a dar às de Vila Diogo sem botas, nem bandeira.» Em suma, Pinheiro Chagas acusava Eça de, com a suas ideias, levar à deserção das tropas. Só havia, afinal, um patriotismo: «O patriotismo justo, o patriotismo elevado e nobre, é o patriotismo sério e digno, que diz a verdade à pátria, mas sobretudo que estuda e que trabalha e não o patriotismo *blagueur*, inepto e vadio, que anda a passear pelas esquinas do Chiado o seu sorriso de desdém, que lamenta cinquenta vezes por dia a falta de escolas e de cultura e que é incapaz de trabalhar para dar escolas ao país e para elevar o nível intelectual da pátria.» Pinheiro Chagas ainda acrescentava: «Nós precisamos de gente que trabalhe muito mais do que de gente que nos descomponha.» Quanto à verdade, que Eça afirmara dever ser dita ao país, interrogava Pinheiro Chagas: «Mas que verdade?» E terminava: «Ninguém mais do que eu admira o seu talento, e o seu carácter, mas desejo que se convença de que o patriotismo verdadeiro e digno não é nem o patriotismo dos hinos, nem o patriotismo da *blague*, é o patriotismo que estuda e o patriotismo que trabalha.»

A 6 de Fevereiro de 1881, Eça escrevia o seu último artigo²⁷. O tom era de brincadeira, o que, como ele muito bem sabia, só serviu para enfurecer

²⁶ *Ibid.*, 14-1-1881.

²⁷ A 13-2-1881, Pinheiro Chagas ainda publicava um artigo em *O Atlântico*, mas é desinteressante. Aliás, Eça nem sequer lhe responderia.

Pinheiro Chagas: «Pois, amigo Chagas, a coisa esteve linda! E os seus três artigos não-de ficar, inquestionavelmente, como três ricas e consideráveis peças de prosa. O que os estraga, a meu ver, é o encarniçamento excessivo com que a cada passo você fulmina a minha ignorância e o deleite baboso com que constantemente alude à sua sabedoria! De resto, um espectáculo delicioso.» Acusava-o ainda de ter mudado de opinião. Pinheiro Chagas teria passado a defender, escrevia, as suas teses. Denunciava, por fim, a vaidade de Pinheiro Chagas, o qual teria ficado furioso por ele ter usado a *História de Portugal*, de Oliveira Martins, e não a dele: «Eu compreendo o furor dum historiador que tem *História* com tabuleta e porta para a rua, ao ver o freguês ir alegremente fornecer-se de ciência à História do vizinho e do rival: são momentos esses que bastam para depor numa alma de compilador ou de lojista insondáveis camadas de fel.» Respondendo ao apelo de Pinheiro Chagas para que ele, Eça, não desdenhasse da pátria, dizia-lhe: «Deixe-me tranquilizar o seu coração sobressaltado: há coisas na minha pátria que eu amo profundamente e há homens na minha pátria que eu profundamente admiro. Somente creio que as nossas admirações não são as mesmas. Você vive num mundo fictício, convencional, artificial, por que eu apenas me posso interessar como artista, seguindo-o com um olhar curioso e triste, nesse declive por onde ele vai rolando aos abismos: por outro lado, o mundo mais vivo e real, a que eu pertença, vê-o apenas você através dum vago nevoeiro mental que lhe falseia a proporção e a verdadeira significação das coisas. De modo que não nos podemos jamais entender [...]»²⁸. Um era, sempre o seria, um homem grave, lento, deputado e ministro; o outro era, ainda era, um *outsider* que se divertia a fazer troça do poder.

Mas nem todas as polémicas entre eles foram sobre a pátria. A certa altura, Pinheiro Chagas foi chamado a intervir na avaliação do mérito literário de Eça. É provável que a candidatura deste ao prémio da Academia das Ciências, em 1887, com a obra *A Relíquia* não tenha sido alheia ao facto de o presidente do júri ser exactamente Pinheiro Chagas. Eça não era um escritor maldito, *à la* Baudelaire, mas um respeitável membro da ilustre agremiação a cujo prémio se candidatava. Podia ter esperança de ganhar. Mas, dada a natureza da obra com que se apresentava, a possibilidade era remota. Seja como for, a 14 de Julho, Eça explicava a Ramalho o motivo que o levava a querer candidatar-se: «Não porque haja sequer a sombra fugitiva de uma probabilidade mais magra do que eu de que me seja dado o conto [o prémio era de um conto de réis], entre o clamor das turbas e as palmas de Temístocles, mas porque desejo gozar a atitude da Academia diante de D. Raposo»²⁹.

²⁸ «Brasil e Portugal», in *Notas Contemporâneas, Obras Completas*, cit.

²⁹ G. Castilho, *Eça de Queiroz: Correspondência*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1983, pp. 416-417.

Ramalho, que gostava pouco de graças, deve ter ficado irritado. Mas fez o que Eça lhe pedia: entregou o manuscrito na Academia.

Além de Eça, candidataram-se Abel Botelho, com *Germano*, Coelho de Carvalho, com *Viagens*, Guilhermino de Barros, com *Contos do Fim do Século*, Henrique Lopes de Mendonça, com *O Duque de Viseu*, Sousa Monteiro, com *Amores de Júlia*, e Teotónio Flávio de Oliveira, com *Egas Moniz*³⁰. No final, o prémio viria a ser atribuído à medíocre peça de teatro *O Duque de Viseu*, de H. Lopes de Mendonça. No relatório final, Pinheiro Chagas admitia a insensatez do regulamento, que punha em competição géneros literários muito diversos, após o que analisava o mérito das obras. *Germano* fora afastado, dizia, não devido ao carácter escabroso do enredo, mas por a obra de Abel Botelho não possuir a necessária qualidade literária, uma explicação indirecta para o que teria a dizer sobre Eça: «Seja qual for a escola a que pertence, seja qual for o critério a que obedece, desde o momento que possui as qualidades estéticas indispensáveis para constituir uma obra-prima, não hesita a Academia em conferir-lhe a palma. Debaixo deste ponto de vista, não distinguimos entre a ‘Mare au diable’ e a ‘Madame Bovary’, entre o ‘Assomoir’ e o ‘Roman d’un jeune homme pauvre’.» Pinheiro Chagas declarava, depois, ser Eça «um dos nomes mais ilustres, mais justamente ilustres, da literatura portuguesa». Para ele, «o grande romancista, o escritor potente e original, que se revelou de um modo deslumbrante no *Crime do Padre Amaro*, que encontrou no *Primo Basílio* inspirações verdadeiramente shakespearianas, é hoje, sejam quais forem as reservas que os seus processos literários inspirem a uns, a repugnância que outros sintam pela escola em que ele pretendeu filiar-se, uma glória nacional». No entanto, na sua opinião, *A Relíquia* era uma obra menor. Eça errara o alvo: «Imaginou, supomos, que seria original e estranho contemplar e descrever a paixão de Cristo por um pateta moderno, um devasso reles, vicioso e beato, mantido por uma tia no culto piegas de Nossa Senhora da Conceição e no sagrado horror das saias, e fazendo às furtadelas as suas incursões pelo campo do amor barato e do cigarro e da genebra à mesa do botequim.» Pinheiro Chagas interrogava-se sobre o objectivo de Eça: «Mas a que propósito vem este sonho fantástico? Serve para transfigurar Teodorico? Voltando à realidade com as impressões do sonho, aquele burguês devasso e tolo sente a sua alma inundada de uma nova luz? Sai daquela crisálida de chinelos e de barrete de algodão uma borboleta mística? Nada disso. Teodorico volta a ser o que fora, a sua transformação no final do romance em nada modifica a sua fisionomia burlesca.»

Ora, para Pinheiro Chagas, isto era absurdo. A descrição da Paixão, só por si, não justificava o prémio. Depois de se extasiar perante a beleza de

Os Amores de Júlia, de Sousa Monteiro, livro que fora excluído do prémio apenas por a acção não corresponder às maravilhas do cenário, Pinheiro Chagas citava «a grandiosa colecção de contos verdadeiramente épicos» de Guilhermino de Barros e abordava a obra premiada, *O Duque de Viseu*, de H. Lopes de Mendonça. A brevidade das razões pelas quais o júri se decidira por esta obra só serviu para confirmar os rumores de que por detrás do premiado se escondia uma «cunha»³¹.

Alguns dias depois de ter sido divulgada a decisão do júri, Eça enviava para o *Repórter* um artigo, em forma de carta aberta a Mariano Pina, o qual tinha escrito um artigo na sua revista, *A Ilustração*, favorável a Eça³². Começava por fazer uma autocrítica: «*A Relíquia* é certamente um livro mal feito. Às suas proporções, falta harmonia, elegância e solidez; [...] Mas estes defeitos, que só podem ser sentidos por um gosto muito afinado na perene convivência das coisas da Arte, nunca poderiam provocar a condenação numa Academia que não está povoada de artistas.» Eça não queria aceitar as críticas feitas sobre o «sonho» da Paixão. Refugiava-se na ironia: «O que indigna Pinheiro Chagas, o que ele designa à Academia como imperdoável, é ter Teodorico visto a Paixão na sua comovente possibilidade histórica, em lugar de a ter visto, como ele textualmente escreve, *sob as formas dum Evangelho burlesco*. Quer dizer, para que *A Relíquia* agradasse a Pinheiro Chagas e merecesse a coroinha da Academia, eu deveria ter mostrado Jesus de chapéu de coco e lunetas defumadas, Pilatos deixando cair o pingo de rapé sobre o *Diário de Notícias* e, ao lado, Oseias, vogal do Sanedrim, numa fardeta de polícia civil, com um número na gola, escabichando um dente furado.»

A 8 de Junho, Pinheiro Chagas respondia, em conjunto, a Eça e a Mariano Pina³³. A este apelidava-o de leviano, enquanto atribuía a fúria do primeiro ao facto de ter sido preterido. Eça respondeu-lhe, reiterando que o concurso fora uma burla, após o que afirmava, com ares superiores, que nada daquilo tinha a menor importância: «Todas estas coisas locais, caseiras, lisboetas o júri, o concurso, o prémio que, em Lisboa, no seu elemento próprio, me teriam interessado por lhes sentir bem a realidade, chegam-me aqui, através dos mares, já desbotadas, vagas, esfumadas, confusas, espectrais³⁴.» Mas, por muito que proclamasse o contrário, Eça sempre se interessou pelo

³¹ O relatório aparece parcialmente incluído no *Eça de Queiroz: In Memoriam*, Lisboa, Parceria Pereira, 1922. Vem publicado, na íntegra, no *Jornal do Comércio*, 11-12-1887.

³² O artigo tem a data de 27-4-1888 (v. *Obras de Eça de Queiroz*, cit., vol. 2, pp. 1454-1462). A publicação teve de ser adiada em virtude de Pinheiro Chagas ter sido alvo de um atentado.

³³ J. Gaspar Simões, *Vida e Obra de Eça de Queiroz*, Lisboa, Bertrand, 1980, p. 600.

³⁴ «Ainda sobre a Academia», in *Obras de Eça de Queiroz*, cit., vol. 3, pp. 919-927. Pinheiro Chagas responderá a este artigo, declarando-se magoado com Eça, num texto sem grande interesse (v. J. C. Reis, *Polémicas de Eça de Queiroz*, cit., vol. iv, pp. 107-117).

que dele se dizia em Lisboa. Além disso, o seu argumento de que o regulamento era absurdo sofria de duas falhas: em primeiro lugar, Pinheiro Chagas já o reconhecia; em segundo, Eça conhecia, de antemão, as regras do jogo. Diante da mediocridade das obras apresentadas, talvez que o júri devesse ter premiado *A Relíquia*. Mas não era a Eça que competia dizê-lo.

Na Primavera de 1889, Eça veio passar férias, com a família, a Portugal. Esperava-o uma novidade. Na sua ausência, vários dos seus amigos tinham formado um grupo jantante, auto-intitulado «Os Vencidos da Vida». Esta ideia de jantar em dias combinados tomara corpo no Verão anterior, quando o conde de Ficalho, um par do reino, fizera, na câmara alta, um discurso violento contra o governo de José Luciano. Nos Passos Perdidos esperavam-no os deputados Oliveira Martins, António Cândido e Carlos Lobo d'Ávila. De São Bento seguiram os quatro para o restaurante «Tavares», onde continuaram alegremente a criticar o sistema político. Oliveira Martins representava a intelectualidade, o conde de Ficalho a aristocracia rural, António Cândido e Lobo d'Ávila os jovens políticos. Viam-se como mais inteligentes, mais cultos, mais capazes do que os profissionais que, há décadas, dominavam as máquinas partidárias. E tinham ideias. António Cândido defendera que, na câmara alta, em vez de individual, a representação deveria ser orgânica. Em 1882 explicara a Oliveira Martins que o Partido Progressista devia preparar-se para apresentar uma reforma neste sentido: «É um ensaio a fazer, e, com certeza, um grande progresso sobre o que está; por outro lado, é inquestionável que, nas sociedades modernas, a aristocracia é constituída pela capacidade intelectual, pelas magistraturas sociais e pela riqueza; e eu, cada vez menos radical, prefiro mil vezes que a lei fixe os representantes dessa aristocracia a que os escolha e exalte o que aí se chama a vontade popular³⁵.» Durante a segunda metade da década de 1880, estes intelectuais, chefiados por Oliveira Martins, começaram a apreçoar a necessidade da «Vida Nova», um movimento que, apesar da sua relativa celebridade, apenas durou dois anos.

Em 1884, pela mão de Anselmo José Braamcamp, Oliveira Martins aderira ao Partido Progressista. O que Oliveira Martins pretendia não era, ao contrário do que é comum afirmar-se, uma ditadura patrocinada pelo rei, mas que este chamasse os progressistas, devidamente depurados, ao poder³⁶. Mas teve azar. Em primeiro lugar, a 13 de Novembro de 1885 morria Anselmo José Braamcamp, substituído, na chefia do partido, por José Luciano de Castro, um homem muito mais dependente das facções do que

³⁵ F. A. Oliveira Martins, *D. Carlos e os Vencidos da Vida*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1942, p. 150.

³⁶ R. Ramos, *Liberal Reformism in Portugal: The Movement for a «New Life» (1885-1908)*, tese não publicada apresentada na Universidade de Oxford, 1998.

o anterior chefe. A 20 de Fevereiro de 1886, José Luciano foi convidado a formar governo. Os inimigos de Oliveira Martins, Mariano de Carvalho e Emídio Navarro, entraram no executivo, tudo tendo feito para que Oliveira Martins ficasse de fora, o que conseguiram. Em Junho de 1888, Oliveira Martins abandonava o partido. Foi então que apareceram os «Vencidos da Vida».

Inicialmente, o grupo era reduzido. Embora com graus variados de envolvimento, os antepassados eram os cinco indivíduos que, no Verão de 1884, se tinham feito fotografar no Palácio de Cristal: Eça, Oliveira Martins, Antero, Ramalho e Guerra Junqueiro. Com os anos, o grupo alargou-se, passando a dele fazer parte Ficalho, Pindela e Sabugosa. Para Oliveira Martins, esta participação de filhos de famílias ilustres era importante. Numa carta que escreveu a Sabugosa explicava-lhe: «Os herdeiros das velhas famílias heróicas são ainda o que Portugal tem de melhor, pelo brio, pelo carácter, e sobretudo pelo sentimento herdado da vida histórica portuguesa. Entre as muitas fantasias do meu pensamento, querido amigo, está esta: de que, no momento actual, as nações, e particularmente nós, devíamos apelar para os representantes da aristocracia de raça, que têm uma nobreza ingénita, uma distinção e uma superioridade moral inacessíveis à burguesia, de onde rebentam, de um modo ridículo, os tortulhos da pseudofidalguia plutocrática e burocrática³⁷.» Sem função no regime, os aristocratas ficaram encantados.

No seu pleno, o grupo era formado pelas seguintes personalidades: conde de Ficalho, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, António Cândido, Eça de Queirós, conde de Sabugosa, Bernardo Arnoso, Guerra Junqueiro, Carlos Mayer, Luís de Soveral e Carlos Lobo d'Ávila, os onze da fotografia tirada em casa de Ficalho. A composição social era variada: havia representantes da velha nobreza, como Ficalho e Sabugosa; da aristocracia constitucional, como Lobo d'Ávila e Soveral; intelectuais, com Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós e Guerra Junqueiro; um político, António Cândido; um filho de uma família estrangeirada, Carlos Mayer. Na periferia do grupo gravitavam algumas figuras conhecidas, os chamados «vencidos hononários», Antero de Quental, Maria Amália Vaz de Carvalho e o conde de Casal Ribeiro.

A dimensão da capital facilitava a formação destas cliques. De entre os *Vencidos*, três viviam na mesma rua: dois no mesmo prédio, no n.º 6, da Rua dos Caetanos (no andar inferior, Ramalho Ortigão; no superior, Oliveira Martins), e, um pouco acima, Ficalho. As refeições tinham lugar em locais públicos ou em casa dos mais abastados, como o conde de Arnoso, Carlos Mayer ou Lobo d'Ávila. A ideia dos jantares parece ter partido de Ramalho,

³⁷ F. A. Oliveira Martins, *Correspondência de J. P. Oliveira Martins*, cit. Nem todas as cartas estão datadas. Esta, que aparece transcrita nas pp. 247-249, tem apenas a indicação 26-1. Parece ser de 1893.

que, evidentemente, a importara de Paris. Um dia, lia ele, alto, a alguns amigos um texto do livro *La vie à Paris*, de Jules Claretie, onde se relatava a existência de tertúlias artísticas, quando, ao mencionar «les uns glorieux, les autres battus de la vie», Oliveira Martins o obrigou a parar, tendo declarado, radiante: «Battus de la vie! [...] Eis afinal o que todos nós somos, vencidos da vida³⁸.» Tinham, finalmente, arranjado um cognome. A 26 de Março de 1889, Eça participava na quarta refeição do grupo. Antes de partir para Paris, ainda iria a outro jantar. Para ele foi tudo.

Apesar disso, quando os seus membros começaram a ser criticados, seria ele o porta-voz do grupo. Pinheiro Chagas atacou-os no *Correio da Manhã*, jornal de que era director. A 28 de Março de 1889 escrevia: «O que nos custa a compreender é que um excesso de modéstia leve alguns destes vencedores a chamarem-se *vencidos* [...] Assim vejamos como estes *vencidos* o são e por que é que o são.» Em meia dúzia de linhas, Pinheiro Chagas analisava a biografia de cada um dos membros. Exceptuando o que escrevia sobre Carlos Mayer, Oliveira Martins e Eça, o artigo era pouco interessante. Sobre o primeiro, dizia: «O único em que o adjectivo assenta que nem uma carapuça. Não acredita na clínica, nem na vida, nem no talento do sr. ministro da Guerra, nem na finura do sr. José Luciano e cremos que nem mesmo no espírito que desbarata em cem ditos por dia. Um verdadeiro *vencido* que também é sinónimo de descrente.» Sobre Oliveira Martins era mais duro: «É verdade: *vencido* e bem *vencido*. Vencido depois de ser vencedor, o que é a pior das derrotas. Pelos seus livros, foi empurrado para a celebridade. Depois disso, foi empurrado pelo Mariano para a *régie*. Vencido pelo vencimento! Este deve ser o director da *troupe*.» Sobre Eça era contido: «No consulado de Paris *venceu*, como vencera nos romances. Fazemos votos para que lhe aconteça o mesmo com a Revista. Em todo o caso, chamarem-lhe *vencido* antes de ela aparecer, mau gosto e ... mau sinal³⁹.»

Num artigo publicado anonimamente no *Tempo* a 29 de Março de 1889, Eça começava por estranhar que o *Correio da Manhã*, ao fazer o retrato individual de cada um dos *vencidos*, se dispusesse a divulgar os jantares: «Pode parecer talvez estranho que esta ressoante publicidade assim magoe os derrotados. Não permitem eles que hebdomadariamente as gazetas anunciem a sua reunião em torno da mesa festiva? É verdade. Mas se o fazem é para que a opinião se não possa, de modo algum, equivocar sobre o motivo íntimo que todas as semanas os arranca dos seus buracos, para os juntar num gabinete de restaurante, no isolamento sumptuoso de quatro cortinas de

³⁸ Gomes Monteiro, *Vencidos da Vida*, Lisboa, Edição Romano Torres, 1944, pp. 11-13.

³⁹ *Correio da Manhã*, 28-3-1889. Referia-se à *Revista de Portugal*, que Eça estava a tentar organizar, cujo primeiro número sairia pouco depois. Confirmando as previsões pessimistas de Pinheiro Chagas, o periódico entraria em falência após três anos.

reps.» Continuava: «Homens que assim se reúnem poderiam logo, neste nosso bem amado país, ser suspeitados de constituir um sindicato, uma filarmónica ou um partido. Tais suposições seriam desagradáveis a quem se honra de costumes comedidos; o respeito próprio obriga-os a especificar bem claramente, em locais, que, se em certo dia se congregam, é apenas para destapar a terrina da sopa e trocar algumas considerações amargas sobre o colares. De resto, o sussuro atónico que de cada vez levantam estas refeições não é obra sua, mas da sociedade que, com tanto interesse, os espreita. Eles comem, a sociedade, estupefacta, murmura.» Continuava: «O que é, portanto, estranho, não é o grupo dos *Vencidos*, o que é estranho é uma sociedade de tal forma constituída que, no seu seio, assume as proporções dum escândalo histórico, o delírio de 11 sujeitos que uma vez por semana se alimentam. O que, de resto, parece irritar o nosso caro *Correio da Manhã* é que se chamam *Vencidos* àqueles que, para todos os efeitos públicos, parecem realmente *vencedores*.» Eça argumentava que o ver-se um indivíduo como um vencedor ou um vencido dependia do ideal a que tinha aspirado. Dava exemplos: «Se um sujeito largou pela existência fora com o ideal supremo de ser oficial de cabeleireiro, este benemérito é um *vencedor*, um grande *vencedor*, desde que consegue ter nas mãos uma gaforina e a tesoura para a tosquiar, embora atravesse pelo Chiado cabisbaixo e de botas cambadas. Por outro lado, se um sujeito, aí pelos vinte anos, quando se escolhe uma carreira, decidiu ser um milionário, um poeta sublime, um general invencível, um dominador de homens (ou de mulheres, segundo as circunstâncias), e se, apesar de todos os esforços e empurrões para diante, fica a meio caminho do milhão, do poema ou do penacho, ele é para todos os efeitos um vencido, um morto da vida, embora se pavoneie por essa Baixa, amortalhado numa sobrecasaca do Poole e conservando no chapéu o lustre da resignação⁴⁰.» Eça pretendia que nada daquilo tinha a ver com a política, mas sabia perfeitamente que entre eles havia quem quisesse governar o país. Pinheiro Chagas tivera razão em desconfiar.

De todos os debates, o mais interessante é o que diz respeito ao patriotismo. A longa permanência de Eça no estrangeiro levou a que ele fosse acusado, à época e depois, de «estrangeirado», querendo com isso significar alguém que se desinteressara da pátria. Pinheiro Chagas usou mesmo o termo «desnacionalizador». No fundamental, Eça respondeu-lhe, no artigo inserido em *O Atlântico*, a 29 de Dezembro de 1880. Ao contrário de Pinheiro Chagas, Eça não se orgulhava da conquista do Indostão, não tinha saudades da última nau que partira, não esperava por auroras ansiosas. Como o burguês que dizia ser, preocupava-o o atraso da pátria.

Em todos os romances de Eça é possível entrever o debate sobre a modernização. A sua posição quanto à importação de modelos estrangeiros

⁴⁰ *O Tempo*, 29-3-1889, *Obras de Eça de Queirós*, cit., vol. 3., pp. 917-918.

é, aliás, curiosa. Melhor do que ninguém, Eça sabia quão importantes tinham sido, na sua formação, os autores estrangeiros. Facilmente admitiria que as suas obras seriam piores se ele nunca tivesse lido Hugo, Flaubert, Balzac. Mas o que, no seu próprio caso, reconhecia como bom considerava um elemento negativo na sociedade. Eça pensava ter assimilado bem os modelos que escolhera, enquanto as imitações ocorridas na sociedade tinham corrido mal. Sempre sofreu com essas toscas imitações. Ora, só sofre quem ama. Fazia-o, é verdade, à sua maneira, que não era a de Pinheiro Chagas. Mas fazia-o. Como se foi tornando claro, a retórica otimista do seu adversário estava manchada pela proximidade do poder. Dito isto, importa notar que Eça também tinha pressupostos que o impediam de avaliar desapassionadamente o país.

Em jovem, ao levantar os olhos dos livros que andara a ler, Eça ficara horrorizado com o que vira. Portugal era um país decrépito, ocupando o último degrau do mundo civilizado, ideia alimentada, ao longo dos anos, pela sua convivência com Antero de Quental e com Oliveira Martins. Na melhor das hipóteses, estes intelectuais consideravam ter o país ficado parado no tempo; na pior, ter entrado, em 1580, num processo de decadência irreversível. Contudo, ao contrário do que imaginavam, Portugal mudara e muito. Não atingira, é certo, o nível dos outros países europeus, mas nada havia de comum entre o Portugal de 1840, quando Eça nascera, e o Portugal de 1880, quando escrevera *Os Maias*.

Foi durante as décadas de 1870 e 1880 que o país mais se desenvolveu. As estatísticas demonstram-no: o índice do produto industrial que, em 1851, era de 29,5 (1900=100) ultrapassava, em 1875, a barreira dos 50. Esse indicador elevou-se sempre, alcançando, em 1888, o valor de 71,6, o mais alto de sempre⁴¹. Enquanto isto se passava, Carlos da Maia, em conversa com uma baronesa que lhe pedia novidades, respondia-lhe em *Os Maias*: «Creio que não há nada de novo em Lisboa, minha senhora, desde a morte de D. João VI.» No fundo, Eça nunca compreendeu o fontismo. O seu fundo romântico fazia-o deplorar os burgueses, nados e criados ao sol da Regeneração. Daí que se tivesse mantido sempre mais perto da retórica radical dos amigos da juventude do que do pragmatismo tecnocrático dos admiradores de Fontes Pereira de Melo.

Um pouco antes do ano em que a acção de *Os Maias* ocorre, 1875, começara o grande arco de estabilidade política, que se prolongaria até meados de 1880. Juguladas as desordens políticas de 1871-1873, Fontes ficou com o terreno livre para pôr as suas ideias em prática. Por outro lado,

⁴¹ V. P. Lains, *A Economia Portuguesa no Século XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1995, p. 208, em particular, na p. 29, o quadro 1.1, onde estão publicadas as taxas de crescimento anual.

terminada a guerra do Paraguai, as finanças públicas melhoraram. Durante uns anos, como Pinheiro Chagas afirmou, viveu-se bem em Portugal. Mas Eça continuou a pensar que o país estava perdido.

É verdade que no ano em que Eça terminou *Os Maias* havia nuvens no horizonte. O país era agora governado por José Luciano de Castro, um homem sem a autoridade de Fontes Pereira de Melo. Devido à «questão dos tabacos», o parlamento estava incontrolável. As finanças tinham-se deteriorado. Temiam-se conflitos no ultramar. Os boatos de corrupção eram tremendos. Os intelectuais só falavam em crise. Mas nada disso impedia um facto evidente: o período anterior fora indiscutivelmente próspero. A geração de 1850, gente como Fontes, Andrade Corvo, Rodrigues Sampaio e, na sua esteira, Pinheiro Chagas, considerava, com alguma razão, que, no meio das convulsões europeias, Portugal era uma ilha feliz. A geração de 1870 sempre pensou o contrário. Alimentados a livros franceses, estes jovens reagiam aos acontecimentos nacionais como se vivessem em Paris. Para eles, os políticos, todos os políticos, eram sócias de Napoleão III. Em grande medida, o desprezo de Eça pelos políticos era importado. Mesmo antes de sair de Portugal, já Eça olhava os seres que se sentavam no parlamento com nojo. Como seria de prever, a sua partida contribuiu para que a apreciação se tornasse mais negativa. Além disso, Eça tendia a idealizar o regime político inglês, o que fazia com que tudo quanto acontecia em Portugal lhe parecesse uma anormalidade.

Ironicamente, os anos em que Eça escreveu os seus grandes livros, de *O Crime do Padre Amaro* a *Os Maias*, constituíram um período de invulgar paz social. Era isto que Pinheiro Chagas via quando olhava à sua volta. Por isso, no seu íntimo, considerava que, se Portugal não era um «torrãozinho de acúcar», andava lá perto. Por seu lado, Eça queria viver num país menos boçal, menos sujo, menos dependente. Pensava, sem razão, que, caso os governantes o quisessem, a civilização chegaria a Portugal no dia seguinte. Percebe-se que Eça se tenha insurgido contra a retórica patrioteira de Pinheiro Chagas, como se percebe que este ficasse furioso com o quadro de Eça sobre o estado da nação. Mas, certas ou erradas — e, na conjuntura, estavam erradas —, as ideias de Eça sobre o atraso da pátria em nada o diminuíram como romancista. Afinal, era essa a sua profissão. E, nela, ninguém, muito menos Pinheiro Chagas, o ultrapassou. Tudo contado, Eça deu a Portugal muito mais do que o seu adversário.